**TERMO DE REFERÊNCIA PARA APRESENTAÇÃO DERELATÓRIODECONTROLEAMBIENTALSIMPLIFICADO–RCAS,REFERENTEALOTEAMENTODOSOLO URBANO EXCLUSIVA OU PREDOMINANTEMENTERESIDENCIAL**

Esse formato visa orientar a elaboração de Relatório de Controle Ambiental Simplificado – RCAS, em cumprimento às resoluções CONAMA no 001/86, no 237/97 e a Deliberação Normativa COPAM

no 036/99, a ser apresentado pelos empreendedores à Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente - SMAPMA, para instruir o processo de licenciamento ambiental de parcelamento do solo urbano exclusivaoupredominantementeresidencial.EsseTermodeReferêncianãopretendeesgotartodas as questões relativas aos impactos ambientais da implantação de projetos de parcelamento do solo urbano. Cabe à empresa responsável por sua elaboração justificar a exclusão de alguns itens previstosbemcomoainclusãodeoutrosconsideradosimportantesparaadiscussãoeavaliaçãoda qualidade ambiental doempreendimento.

1. DISPOSIÇÕESGERAIS

1.1-ORCASdeveráserelaboradoporequipetécnicahabilitada,devendoconstaraAnotaçãode Responsabilidade Técnica (ART) de cadaprofissional.

1.2-Asilustrações,cartas,plantas,desenhos,mapasefotografiasdeverãoserperfeitamente legíveis em todas as cópias dodocumento.

1.3- De acordo com as características e a localização do empreendimento, a SMAPMA poderá solicitar informações complementares julgadas necessárias a análise da proposta, bem como dispensar o atendimento às exigências constantes deste documento, que a seu critério não sejam aplicáveis.

1.4- O RCAS deverá ser apresentado em, no mínimo 02 (duas) vias, em formato A4 e 01 (uma) via em formato digital. As ilustrações, mapas, plantas e desenhos que não puderem ser apresentados desta forma deverão constituir um volume em anexo.

1. ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DORCAS

2.1 Contexto do projeto Identificação do empreendedor

* Nome,razãosocial,endereçoeendereçoeletrônicoparacorrespondência;
* Inscrição Estadual eCGC;
* Nome,endereço,telefoneefaxdoresponsávelpeloempreendimento;

1. identificação do Responsável Técnico pelolicenciamento

* Nome;
* Endereço, telefone, fax e endereçoeletrônico;
* ART.

1. Caracterização geral doempreendimento
   * Nome doempreendimento;
   * Área total dagleba;
   * Área a serparcelada;
   * Registro atualizado do imóvel (matriculavintenária);
   * Objetivos econômicos e sociais doempreendimento;
   * Compatibilização do projeto com o Plano Diretor Municipal, legislação urbanística e planos dedesenvolvimentoambientalesócio-econômicoexistentesnomunicípio;
   * Justificativadalocalizaçãodoempreendimentodopontodevistaurbanísticoeambiental.
2. Descrição doempreendimento

A descrição do parcelamento do solo proposto ou em processo de implantação consiste de estudos quecomprovemaviabilidadeambiental,doempreendimentoaserparceladoelicenciadocontendo, nomínimo:

* 1. Mapa de situação do empreendimento, em carta do IBGE, delimitando oempreendimento e a gleba de onde ele será desmembrado, indicando o posicionamento frente à divisão político-administrativa, áreas ocupadas, à rede hidrográfica regional, às Unidades de Conservação da região, ao sistema viário principal e aos bairros e/ou distritos situados no seuentornoeoutroselementosquemereçamdestaque;
  2. Mapa em escala mínima de 1:10.000, indicando o posicionamento do empreendimento frente à rede hidrográfica local; às Unidades de Conservação do entorno; às Áreas Tombadas; às áreas de interesse cultural e/ou etnológicas da comunidade, à sítios naturais ou monumentos arqueológicos e a articulação do sistema viário com o entorno e indicando ainda,asáreasrurais,urbanasedeexpansãourbana.
  3. Planta de uso do solo da gleba onde será instalado o empreendimento e de seu entorno imediato,delimitandoaáreadoparcelamentoeindicandooscursosd’águaeáreasúmidas, a vegetação, os ambientes florestais, o sistema viário existente, asáreas ocupadas;
  4. Estudo urbanístico proposto para o parcelamento, sobre base plani-altimétrica, com curvas de nível de metro em metro, cotado, apresentando interseções de acesso e traçado do sistema viário hierarquizado e sua articulação com arruamentos contíguos, subdivisão de quadras e lotes, indicação de áreas verdes, institucionais, “non ædificandi”, as áreas selecionadas para preservação permanente e demais áreas verdes, distinguindo as áreas destinadasaousopúblicoeasáreasdepropriedadeparticular.
  5. Mapadedeclividadedoloteamentoidentificandoosintervalos0a30%,acimade30%e

acima de 100%, superposto ao estudo urbanístico proposto para a área;

* 1. Mapa geológico-geotécnico da gleba, com caracterização dos solos quanto à susceptibilidade aerosão.
  2. Seções transversais-tipo das viasprojetadas;
  3. Quadro estatístico da distribuição de áreas propostas para o empreendimento, apresentando as áreas destinadas ao domínio público (sistema viário, áreas verdes e institucionais)eáreasdepropriedadeparticular(lotes,áreasremanescentes);
  4. Estudos florístico e faunístico da área do empreendimento e apresentação dedados

referentes a qualificação e dimensão das áreas a serem submetidas à supressão vegetal;

* 1. Indicação das espécies a serem utilizadas na arborização do sistema viário e espaços públicos de recreação e bem como na revegetação ou recuperação de alguma área, porventuradegradada;
  2. Indicação de áreas de empréstimo e/ou de bota-fora a serem utilizados nas obras de instalaçãodoempreendimento,conformeprevisãodeterraplanagem;
  3. Estudos do meio sócio-econômico: caracterização geral do município do ponto de vista das condições sociais e econômicas da população, principais atividades econômicas, saneamento básico, equipamentos urbanos, sistema viário e de transportes, uso e ocupação do solo no entorno. Relacionar estes estudos com a área a ser loteada, visando verificar a viabilidade do empreendimento frente a integração do mesmo com a infra- estrutura existente nomunicípio.
  4. Os parâmetros urbanísticos a serem adotados na operação do empreendimento, considerando as normas municipais emvigor;
  5. Esclarecimentos sobre como será feito o atendimento aos futuros moradorespelos serviços públicosdeeducação,saúde,segurançaeportransportescoletivos;
  6. Manifestação da empresa concessionária de energia elétrica na região, sobrea capacidade deatendimentoàdemandaasergeradapelaimplantaçãodoloteamento;
  7. Estudo para o sistema de drenagem pluvial, identificando as prováveis sub - bacias de drenagem,eosdispositivosdestinadosàdissipaçãodeenergiaeamortecimentodecheias. Deverão também ser avaliadas as conseqüências para as áreas de jusante decorrente da concentração de vazões promovida pelo sistema de drenagem, pela impermeabilização do solo e pela remoção davegetação;
  8. Propostas, para solução das questões referentes ao abastecimento deágua e esgotamento sanitário. Se o abastecimento de água for realizado por terceiros, apresentar uma manifestação destes atestando a viabilidade do abastecimento. Quanto ao esgotamento sanitário, deverá ser demonstrada a capacidade do corpo receptor – soloou

água – à luz do disposto na DN COPAM No 010/86, para receber os efluentes. Também deverá ter solução, o tratamento da fase sólida. Na hipótese da utilização do solo para a infiltração do esgoto, apresentar os resultados de sondagens capazes de identificar as características do solo e a posição do lençol freático;

* 1. Oestudodeveráconterumasoluçãoambientalmenteadequada,paraadisposiçãofinaldos resíduossólidos;
  2. Cronograma físico de implantação do empreendimento compatibilizado com o desenvolvimento dos projetos ambientais que deverão compor o Plano de Controle Ambiental- PCA, permitindo a identificação das possíveis etapas de execução destas obras e de prováveis ampliações. Este cronograma deverá conter inclusive as seguintes informações sobre as etapas de execução: descrição das ações de limpeza do terreno, remoção de vegetação e espécies da fauna, movimento de terra; localização e dimensionamento proposto para as instalações do canteiro de obras; descrição dos equipamentos e técnicas construtivas a serem utilizadas na implantação do empreendimento; localização e caracterização das áreas de empréstimo e bota- fora; descrição sucinta das ações de controle de resíduos sólidos, líquidos e gasosos gerados durante a execução dasobras.

2.3 Prognóstico dos ImpactosAmbientais

O prognóstico dos impactos ambientais deverá identificar e analisar os efeitos ambientais da implantação do empreendimento considerando os aspectos estudados, no sentido de orientar a adoçãodemedidasmitigadorasecompensatórias,nasfasesdeplanejamento,execuçãodeobrase ocupação.

4. Medidas Mitigadoras e Compensatórias

Apresentação das medidas, equipamentos ou procedimentos, de natureza preventiva, corretiva ou compensatória que serão utilizadas para mitigação dos impactos negativos sobre os fatores físicos, bióticos e sócio-econômicos ou reduzir sua magnitude, em cada fase do empreendimento.

1. Instalação doempreendimento
   * reduçãodasinterferênciasetranstornosàpopulação,noqueserefereàsemissões atmosféricas, ruídos e tráfego demáquinas;
   * controledosimpactosresultantesdasobrasdeterraplanagem(erosãoeinstabilidade dosolo);
   * mitigação da retirada de coberturavegetal;
   * proteçãoanascentes,cursosd’águaelagoasexistentesnolocaleseuentorno;
   * proteção ao patrimônio histórico epaisagístico;
   * mitigaçãodoincrementodaimpermeabilizaçãodosolo;
   * mitigaçãodosefeitosdolançamentodaságuaspluviaisemseusrespectivospontos.
   * destinaçãofinaladequadaparaefluentessanitárioseresíduossólidosgeradosno canteirodeobrasedemaisinstalaçõesdeapoioadministrativo
2. Ocupação doempreendimento
   * mitigação dos impactos referentes ao incremento de população, estimada de acordo com os parâmetros de uso e ocupação do solo, adotados pela legislação urbanística municipal, para a operação doempreendimento;
   * garantiadeatendimentoàpopulaçãoestimada,porserviçospúblicosdeeducação, saúde, segurança e por transportecoletivo;
   * tratamentoedisposiçãofinaldeefluentessanitáriosdoempreendimento;
   * coletaedestinofinalderesíduossólidosurbanos;
   * arborizaçãodosistemaviárioeespaçospúblicosde convívio;
   * recuperaçãoerevegetaçãodasáreasdegradadasecomprometidascompreservação.
3. Planos demonitoramento

O monitoramento proposto deverá abordar, no mínimo:

* + obrasdestinadasacontençãodeencostasedrenagempluvial;
  + acompanhamentododesenvolvimentodarevegetaçãoepaisagismo.